

1 **Ata da 103ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do**
2 **Tocantins – CIB/TO.** Aos vinte cinco dias do mês de outubro de dois mil e
3 dezessete, com início às quatorze horas, no auditório dos Conselhos, nesta capital,
4 foi realizada a reunião ordinária da CIB com as seguintes presenças:
5 a) Representantes da SETAS: Halana Santos da Silva Magalhães, membro suplente;
6 Rosana Trindade, membro titular; Lilian Praigida Feitosa, membro suplente;
7 Carmem Lúcia Kothe Vendramini, membro titular; Silney Cardoso dos Santos,
8 membro suplente; Katilvânia de Sousa Guedes, membro suplente; Jesielle Rocha
9 Paulino, membro titular; Maria Amélia Brito Araújo, membro titular; Iramar Cardoso
10 da Silva membro suplente; Mara Nôleto Dorta, membro titular; b) Representantes do
11 COEGEMAS; José Geraldo de Melo (Palmas), membro titular da capital; Chardison
12 Silva Aguiar (Xambioá), membro suplente região Norte II; Ana Paola Oliveira
13 (Paraíso), membro titular região Centro-Oeste; Karla Magda de Carvalho
14 (Cristalândia), membro suplente da região Centro-Oeste; Geiziane Gomes de
15 Oliveira (Monte do Carmo), membro titular região Centro-Leste; Verônica Tavares
16 Fontoura (Porto Nacional), membro suplente da região Centro-Leste; Ana Paula
17 Rodrigues Alves Vaz (Palmeirópolis), membro titular da região Sudoeste; Amada
18 Alves Campos (São Salvador), membro suplente da região Sudoeste; Silvana de
19 Jesus Rodrigues (Natividade), membro titular da região Sudeste; Michelle Almeida
20 Cunha (Colinas), membro titular da região Norte III; Olga Vieira Paiva (Presidente
21 Kennedy), membro suplente da região Norte III; Convidados e Observadores
22 conforme lista de presença referente a reunião ordinária 103º; Ana Alaíde G. Moura
23 e Marinalva Gomes Barros Veloso (Aparecida do Rio Negro), Lira Cristina Rodrigues
24 e Clinton Pereira Gomes (Araguaçu), Zaíra Castro Babosa e Francisca Araújo
25 Almeida (Araguaína), Bruna Karina (Arapoema), Liz Adriano (Arraias), Maria
26 Aparecida dos Santos (Aurora), Maria Gerencie Ferreira Coelho (Axixá), Celeuma
27 Batista Guimarães (Babaçulândia), Luciene Coelho Pereira Ribeiro e Núbia Gomes
28 Uchôa (Barrolândia), Marlene Pereira de Almeida (Brasilândia), Euclides Lima de
29 Alencar, Lucélia Alves da Costa e Stella Cristina Araújo (Brejinho de Nazaré),
30 Marlene Brito Costa Queiroz, Adriana Souza Neres e Samuel Sampaio de Sales
31 (Cariri do Tocantins), Jose Oliveira Ribeiro Silva(Carmolândia), Elizabete Ferreira de
32 Sousa Guedes (Conceição do Tocantins), Antônio Eustaquio F. Marcelino (Couto
33 Magalhães), Andréia Naves Pereira Moraes (Cristalândia), Aderis B. S. Carvalho e
34 Clara Suely B. Santos Barros (Dueré), Ruth Campos Alves Rodrigues e Elvania
35 Mendes Nunes (Figueiropolis), Rosileia Alves Rocha Farias e Silvia Rita Dias Pinto
36 (Fortaleza do Tabocão), José Santana de Carvalho (Ipueiras), Alison Marques de
37 Lima (Itaporã), Adriana Lúcia Xavier (Juarina), Eliana Victor Oliveira (Lagoa da
38 Confusão), Seilane Vieira Reis (Lagoa do Tocantins), Neiriene Ferreira Silva
39 (Lajeado), Marcela Maciel Uchôa (Miracema), Eliane Gomes Lima Brito (Miranorte),
40 Gerlane F. Machado (Monte do Carmo), Delva Maria Gomes de Siqueira (Monte
41 Santo), Gisele O. C. Machado (Nova Rosalândia), Luzenice Pereira da Silva e Rainel
42 Batista Bonfim (Novo Jardim), Edilene Alves da Silva Cruz (Paraíso), Chaliane B.
43 Mendes e Paula Valtencir M. de Oliveira (Pindorama), Bruno Ricardo Pires e

44 Rosilene Belém (Porto Nacional), Tatiana Nunes Macedo (Rio da Conceição), Janira
45 Barbosa de Carvalho Macedo (Rio da Conceição), Maria Aparecida C. de Oliveira e
46 Débora Sousa Almeida (Rios dos Bois), Adelaide da Costa Leite Ribeiro (São Félix),
47 Samela Alzira Pereira Abreu (São Valério), Lucivania Carvalho Pereira
48 (Silvanópolis), Adélia Carvalho Ribeiro e Lorena Lima da Silva (Taipas), Sara
49 Damiana Costa Dinis Borges (Talismã), Nara Cristina Moura Gomes (Tocantinia),
50 Alaíde Cordeiro de Sousa (Wanderlândia), Carmem Lúcia Mattje, Bruno Garcia,
51 Doracy Bezerra dos Santos Lima, Joelma Pereira Santiago Coelho, Régina Mercês
52 Alves Dias, Maria Helena Viana da Mata Barbosa, Luciana Alves Silva, Rosângela
53 Mascarenhas de Sá, Marlene Gancia da Silva, Cássia Teixeira de Almeida Queiroz,
54 Rainere Alves Dias, Leila Fraco, Katiuscia Aguiar Alves, Lucivania Fernandes da
55 Cruz, Juliana Trajano, Julane Marise Gomes da Silva, Iralde Teixeira Fontoura,
56 Vandelucia Ferreira Trindade e Francisco Ferreira dos Santos (Palmas). Após a
57 contagem de quórum, a coordenadora da CIB Maria Amélia Brito Araújo deu boas
58 vindas a todos os presentes e iniciou a reunião com a leitura da pauta, que foi assim
59 aprovada: 1.1 Justificativas de ausência de membros a 103ª Reunião Ordinária da
60 CIB; 1.2 Leitura e aprovação da Ata 101ª da reunião Ordinária da CIB; 1.3
61 Devolutivas do Grupo de Trabalho sobre Guarda Subsidiada; 1.4. Apresentação
62 sobre o FIA; 1.5. Apresentação sobre a minuta da Lei da Família Acolhedora incluído
63 Guarda Subsidiada do Município de Araguaína; 1.6. Minuta da Portaria do
64 Cofinanciamento Estadual dos Benefícios Eventuais; 1.7. Apresentação do Plano de
65 Providência Sobre Regionalização da Instituição de Acolhimento de Criança e
66 Adolescente do Município de Porto Nacional. Na sequência passou para as
67 justificativa de ausência de membros da 103ª reunião Ordinária da CIB. **(1ª ponto de**
68 **pauta)**, foram Justificadas as ausências de Rosilene Marques de Oliveira e Valter
69 Frota Martins (membros da SETAS). Prosseguido, passou-se a leitura e aprovação
70 da Ata 101ª da reunião Ordinária da CIB realizada no dia 30 de agosto de 2017. (2ª
71 ponto de pauta), após a leitura, realizada pela coordenadora da CIB, a ata foi
72 aprovada pelos membros presentes. **(3º ponto de pauta) Jesielle Rocha Paulino,**
73 **Gerente da Proteção Social Especial,** apresentou os encaminhamentos da
74 Comissão da CIB referente à Guarda Subsidiada. Informou ainda que ficou decidido
75 em reunião que, Zaíra Castro, coordenadora do FIA de Araguaína faria
76 apresentação sobre o funcionamento do Fundo da Infância e Adolescente – FIA
77 nesta reunião ordinária do dia 25 de outubro, a CIB faria o convite para o Conselho
78 Estadual da Criança e Adolescente – CEDCA, para complementar a apresentação
79 do FIA e realizar os esclarecimentos necessários. A técnica informou que, Etiene
80 Acácio, advogada da secretaria municipal de Araguaína faria uma minuta de Lei
81 sobre Família Acolhedora incluindo Guarda Subsidiada, para servir de base para os
82 municípios interessados, que também seria apresentada nesta reunião; Ficou
83 definido que a CIB faria um ofício para enviar aos promotores das comarcas
84 solicitando prazo para implantação da Guarda Subsidiada, devido ainda estarmos
85 em discussão sobre como se dará a execução. Na ocasião, Bruno Garcia Sousa
86 assessor Jurídico da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, informou que
87 houve uma reunião com a superintendência e todas as gerências da SETAS onde

88 chegaram à conclusão que irão dá continuidade a Familiar Acolhedora, pois já foi
89 enviado a minuta do Projeto de Lei para a Casa Civil. O assessor jurídico informou
90 ainda que a Guarda Subsidiada será discutida em outro momento para incluí-la na
91 Lei. **(4º ponto de pauta) Zaíra Castro Barbosa Gerente do FIA do Município de**
92 **Araguaína**, realizou uma apresentação sobre FIA – Fundo da Infância e
93 Adolescência. Informou que o FIA é um Fundo Público Especial criado por lei para
94 captar recursos de diversas fontes, como doações voluntárias, multas
95 administrativas, multas impostas de ação civil pública ou de parte do imposto de
96 renda de pessoas físicas e jurídicas. Explicou também que, o Fundo tem como
97 objetivo financiar projetos que atuem na garantia da promoção, proteção e defesa
98 dos direitos da criança e do adolescente. A gerente informou quais são os benefícios
99 de implantar o FIA no município e que os retornos de parte do Imposto de Renda
100 para o município é considerado um dos principais benefícios da implantação do
101 mesmo e que as pessoas físicas e Jurídicas, podem fazer sua destinação ao fundo
102 do seu município ou região e não pagarão nenhum valor a mais do que já está
103 previsto em sua dedução, além disso, é possível também arrecadar recursos de
104 outras fontes, como editais de captação abertos anualmente por empresas públicas
105 e privadas. Dessa forma, o município poderá gerar muito mais ações para fortalecer
106 a política de atendimento da criança e adolescente. A gerente informou ainda, que
107 os municípios que não possuem o FIA e desejam criar, os primeiros passos são:
108 Criação de Lei específica, (geralmente o Conselho e Fundo são criados pela mesma
109 Lei e regulamentadas por Decreto), ter um CNPJ Próprio, e o Município precisa ter
110 instituído o Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, que
111 será responsável pela destinação dos recursos. A gerente falou ainda que para o
112 município cadastrar o FIA é necessário ter um CNPJ exclusivo para o fundo, com
113 natureza jurídica 120-1 – fundo público e situação cadastral ativa, que tenha nome
114 empresarial ou de fantasia, é necessário também ter uma conta vinculada ao CNPJ
115 do FIA, mantida em instituição financeira pública para gestão exclusiva dos recursos
116 do fundo, não podemos utilizar o CNPJ da prefeitura. A gerente falou ainda que para
117 saber se o fundo do seu município já está cadastrado de forma regular, os gestores
118 podem acessar a relação integral dos fundos e a situação cadastral que fica
119 disponível no site da secretaria www.sdh.gov.br. Quanto às doações de pessoas
120 físicas e jurídicas realizadas durante o exercício e diretamente na conta específica
121 vinculada ao fundo estadual/municipal, a disponibilidade dessas doações obedecem
122 às regras de modalidade de depósito. A gerente informou que todas as instituições,
123 que atuam com a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do
124 adolescente, podem ser beneficiadas pelos recursos do Fundo, desde que estejam
125 devidamente inscritas no Conselho de Direitos da Criança e Adolescente. E caso
126 tenham interesse em receber recursos do FIA, a instituição deverá procurar o
127 CMDCA de seu Município para efetuar seu cadastramento. Lembrando que, após
128 estarem devidamente cadastradas, poderão apresentar projetos para captar
129 recursos por meio de financiadores específicos, como empresas parceiras, editais de
130 captação ou recursos do montante disponível no Fundo. Por fim a gerente finalizou a
131 apresentação deixando seu contato para os municípios que tiverem interesse em

132 obterem maiores informações. **(5º ponto de pauta) Etienne Bertilla Acácio**
133 **Gonçalves Técnica Jurídica do Município de Araguaína**, realizou uma
134 explanação sobre a minuta da Lei da Família Acolhedora incluído Guarda
135 Subsidiada do Município de Araguaína. A técnica falou que o Programa Familiar
136 Acolhedora visa garantir a proteção e acolhimento de crianças e adolescentes em
137 situação de vulnerabilidade social, oferecendo um ambiente familiar seguro e
138 adequando para seu bom desenvolvimento, e que o programa tem caráter
139 excepcional e provisório. A técnica falou também dos requisitos para inclusão dos
140 menores no Programa que são: Crianças ou adolescentes em caso de falecimento
141 dos pais, abandono, negligência, ameaça e violação dos direitos fundamentais por
142 parte de seus pais ou responsáveis, e havendo, destituição de guarda ou tutela,
143 suspensão ou destituição de poder familiar, ou ainda afastamento cautelar de sua
144 família de origem. A técnica falou ainda sobre a Guarda Subsidiada, que se constitui
145 na guarda de criança ou adolescente por família com grau de parentesco, além da
146 unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos até
147 terceiro grau que tenha condições de receber e manter com dignidade, oferecendo
148 meios necessários à saúde, educação e alimentação, com acompanhamento direto
149 da equipe técnica e do Conselho Municipal de Direitos da criança e Adolescente. **(6º**
150 **ponto de pauta) Lilian Praigida Feitosa, gerente de Controle de Benefícios**,
151 realizou apresentação sobre a Minuta de Portaria do cofinanciamento dos Benefícios
152 Eventuais. A gerente iniciou a fala conceituando os benefícios eventuais de acordo
153 com a Lei nº 8.742, de 07/12/1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em
154 seu art. 22, a Resolução CNAS nº 212, de 19/10/2006 e o Decreto nº 6.307, de
155 14/12/2007. A minuta da Portaria apresentada, dispõe sobre os critérios de partilhas
156 e transferência de recursos do cofinanciamento estadual dos benefícios eventuais e
157 sua prestação de contas no âmbito do Sistema Único de Assistência social – SUAS.
158 Lilian mencionou o artigo 1º da referida portaria, onde fala que são elegíveis ao
159 cofinanciamento estadual, os municípios que atenderem aos critérios de partilha
160 pactuados na Comissão Intergestores Bipartite - CIB, aprovados pelo Conselho
161 Estadual de Assistência Social do Tocantins – CEAS-TO. A gerente explicou ainda
162 que de acordo com a portaria, os repasses do recurso do cofinanciamento aos
163 municípios serão condicionados à assinatura do Termo de Adesão, e os valores
164 serão de acordo o porte dos municípios. O repasse do recurso está condicionado a
165 Adesão do município ao cofinanciamento. A gerente explicou ainda que, os valores
166 serão transferidos aos municípios em parcela única referente ao ano 2017 e partir do
167 ano de 2018 os repasses serão realizados de forma regular e automática. A gerente
168 finalizou esclarecendo que para os municípios receberem cofinanciamento é
169 necessário atenderem os seguintes critérios: Termo de Adesão dos Municípios com
170 aprovação do CMAS, existência e funcionamento do Conselho Municipal de
171 Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social, existência do Plano
172 Municipal de Assistência Social– PMAS e Norma municipal de regulamentação dos
173 benefícios eventuais, aprovado pelo CMAS. Os municípios que estiverem aptos a
174 receberem o cofinanciamento, deverão apresentar, junto a Gerência de Controle de
175 Benefícios, toda a documentação supracitada. Após apresentação a coordenadora

176 da CIB abriu para os debates e finalizou submetendo aos membros a apreciação
177 dos critérios para o cofinanciamento estadual dos benefícios eventuais que em
178 seguida foram pactuados com unanimidade pelos os membros presentes. **(7º ponto**
179 **de pauta) Bruno Ricardo Carvalho Pires, Diretor Municipal do Sistema Único de**
180 **Assistência Social SUAS do município de Porto Nacional**, fez uma explanação
181 do Plano de Providência para o abrigo institucional do serviço de acolhimento
182 regionalizado para crianças e adolescentes. O Diretor informou que encontrou
183 grande deficiência e dificuldade nos registros de levantamento nos seguintes termos:
184 legislações, regimentos, estatuto institucional inadequado, reestruturação da equipe
185 de trabalho da casa de acolhimento, reestruturação do Plano Municipal de
186 Acolhimento, Projeto Político Pedagógico, Plano de Trabalho Individual de
187 Atendimento, capacitação, formação continuada e avaliação semestral da
188 capacidade técnica operativa da equipe técnica da instituição de acolhimento,
189 estrutura física de funcionamento do acolhimento institucional de crianças e
190 adolescentes. O Diretor apresentou as ações e propostas para serem realizadas em
191 2018: Implantação e implementação de Lei que institui o abrigo, atualização da
192 legislação, do regimento e estatuto institucional da criança e adolescente, criação e
193 execução do regimento, estatuto\normas, realização de contratação temporária,
194 reestruturação da equipe de trabalho, realização de concurso público, implantação,
195 implementação, assessoramento e monitoramento do PPP e reestruturação do plano
196 municipal de acolhimento para crianças e adolescente. As ações propostas para
197 2018 trimestralmente: construção, avaliação e monitoramento do PIA; reestruturação
198 do plano municipal de acolhimento; criação, execução, assessoramento,
199 monitoramento e avaliação do plano de trabalho; momento de estudo e avaliação;
200 capacitação, formação continuada e avaliação semestral; cursos de capacitação
201 profissional para a equipe e avaliação técnica dos equipamentos da instituição de
202 acolhimento. As ações propostas de 2018 a 2020: Providenciar estrutura física de
203 funcionamento da instituição de acolhimento institucional de criança e adolescente;
204 definição e regularização do terreno para construção da sede própria para a
205 instituição de acolhimento. Após apresentação do plano de providência a
206 coordenadora Maria Amélia submeteu aos membros para apreciação do prazo para
207 cumprimento das ações e atividades propostas no plano, o qual foi pactuado pelos
208 membros presentes. Em seguida, passou-se aos informes **(1º informe) Halana**
209 **Santos da Silva Magalhães Diretora do SUAS e Programas Especiais**, informou
210 que o pagamento do Programa Criança Feliz referente aos trimestre de julho, agosto
211 e setembro, segundo o MDS será creditado ainda neste mês de outubro. Os novos
212 municípios que aderiram em agostos receberão duas parcelas também ainda no
213 mês de outubro. O MDS está em processo de publicação da Portaria sobre a
214 implementação do Programa. A coordenação estadual tem informado todas as
215 questões relativas ao Programa Criança Feliz aos municípios, bem como está em
216 contato direto com o MDS para resolução das demandas. Halana informou ainda
217 que, 31 municípios estão com saldo acumulado em conta e, 12 municípios com
218 saldo em conta inferior a R\$ 1.000,00 (hum mil reais). A Diretora informou ainda que
219 somente dois municípios dos elegíveis no Estado, ainda não implantaram o

220 Programa Criança Feliz, e finalizou citando os municípios que estão com recursos do
221 SCFV bloqueados que são: Aguiarnópolis, Cachoeirinha, Fortaleza do Tabocão,
222 Natividade, Sampaio, Silvanópolis e Taguatinga. **(2º informe) Rosinalva da Silva**
223 **Alves, Técnica da Gerência da Gestão do SUAS**, informou que começou dia 22 de
224 outubro o monitoramento nos municípios com previsão de finalizar até 21 de
225 dezembro 2017. **(3º informe) Carmem Lúcia Kothe Vendramini, Gerente do**
226 **Cadastro Único Programa Bolsa Família**, informou para municípios que a
227 Instrução Operacional nº 86 que divulga os prazos e procedimentos para atualização
228 cadastral 2017, que se atentem para que as famílias não sejam prejudicadas.
229 Informe nº 577 que fala do planejamento para a aplicação dos recursos em 2018.
230 **(4º informe) Iralde Teixeira Fontoura, técnica da Gerência de Controle de**
231 **Benefício**, enfatizou sobre o prazo para a inclusão dos beneficiários idosos com
232 BPC no Cadastro Único, informou ainda que de acordo com as orientações do MDS,
233 todos os idosos com BPC devem ser incluídos no Cadastro Único até 31 de
234 dezembro de 2017 e no ano de 2018 deve-se incluir as pessoas com deficiência. **(5º**
235 **informe) Aurora Moraes presidente do Conselho Estadual de Assistência**
236 **Social**, informou que já concluiu o Relatório Final da XI Conferência Estadual de
237 Assistência Social, realizada nos dias 18 e 19 de outubro de 2017, e que a mesma
238 contou com a participação de 75 usuários, 19 trabalhadores, 17 representantes de
239 entidades (sociedade civil), 138 representantes governamentais e 183 convidados.
240 **(6º informe) José Geraldo de Melo Oliveira representante do COEGEMAS** fez
241 um convite para todos os membros do COEGEMAS para se reunirem dia 21 de
242 novembro, às 9h da manhã para tratar da eleição para composição dos membros do
243 Colegiado para formar uma nova Diretoria. Na ocasião a coordenadora da CIB
244 informou que já recebeu algumas solicitações dos municípios para sair da
245 representação da CIB, no entanto a mesma informou que somente o representante
246 do COEGEMAS poderá fazer essas mudanças. Nada mais havendo a ser discutido,
247 a reunião foi encerrada às 18h20min. Eu, Francisca Lúcia Silva Rodrigues assessora
248 especial da CIB, digitei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por
249 mim e pelos membros presente da CIB. Francisca Lúcia da Silva Rodrigues
250 (Assessora Especial CIB) _____
251 Maria Amélia Brito Araújo (Coordenadora da CIB/SETAS) _____
252 Halana Santos da Silva Magalhães (SETAS) _____
253 Rosana Trindade (SETAS) _____
254 Lilian Praigida Feitosa (SETAS) _____
255 Carmem Lúcia Bothe Vendramini (SETAS) _____
256 Silney. Cardoso dos Santos Beckman (SETAS) _____
257 Katilvânia de Sousa Guedes (SETAS) _____
258 Jesielle Rocha Paulino (SETAS) _____
259 Rosinalva da Silva Alves (SETAS) _____
260 Iramar Cardoso da Silva (SETAS) _____
261 Mara Nolêto Dorta (SETAS) _____
262 Jose Geraldo de Melo Oliveira (COEGEMAS) _____
263 Chardison Silva Aguiar(COEGEMAS) _____

- 264 Michella Almeida Cunha (COEGEMAS) _____
- 265 Ana Paola Oliveira Melo (COEGEMAS) _____
- 266 Karla Magda de Carvalho (COEGEMAS) _____
- 267 Geiziane Gomes de Oliveira (COEGEMAS) _____
- 268 Verônica Tavares Fontoura (COEGEMAS) _____
- 269 Ana Paula Rodrigues Alves Vaz (GOEGEMAS) _____
- 270 Amanda Alves Campos (COEGEMAS) _____
- 271 Silvana de Jesus Rodrigues (COEGEMAS) _____